

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Bibliotecas: lugar de leitura, de memória e de preservação - o caso da
Biblioteca Nacional do Brasil**

Rosane Maria Nunes Andrade

Resumo

As bibliotecas possuem três registros centrais no que se refere a sua inserção cultural: são lugares de leitura, no sentido de terem em seu cotidiano a função de atender à demanda dos leitores e de formarem leitores; são lugares de memória nacional, na medida em que sua configuração política e técnica requerem que ela seja o espaço de ordenação das políticas do Estado e da manifestação da sociedade em suas demandas culturais; são lugares de preservação do patrimônio intelectual porque concentram em sua estrutura uma história da cultura e das idéias de um povo. A Biblioteca Nacional possui uma dimensão central na configuração da memória nacional e do patrimônio intelectual porque foi a ferramenta fornecedora das bases de constituição da cultura material brasileira.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional; livro e leitura; memória e preservação.

Abstract

Libraries have three main branches regarding its cultural insertion they are reading rooms, in the sense of having in its daily routine the purpose to attend the demand of the readers and to raise them up; they are places of the national heritage, as the political and technical configuration requires for it to be the reference for the State's politics and the Society's manifestation in its cultural demands; they are places for the preservation of the intellectual heritage because concentrate in its structure a historical culture and the ideas of a nation. The National Library because of the specificity of the Brazilian culture's upbringing assumed a main role in the configuration of the national and the intellectual heritage, for it was the tool, which furnished the basis for the constitution of the Brazilian material culture.

Keywords: National Library; book and reading; memory and preservation.

Pretendemos analisar a biblioteca como um lugar que reúne, em diferentes tempos e espaços, a escrita e a leitura, seu papel enquanto lugar de memória e de preservação do patrimônio documental, dando destaque à Biblioteca Nacional localizada na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, consideraremos a biblioteca “como um espaço dinâmico e vivo tendo como uma das tarefas fundamentais colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita” (CHARTIER, 2002, p.30).

Durante muitos séculos, os documentos bibliográficos, arquivísticos costumavam ser reunidos em palácios, igrejas e bibliotecas, das quais temos o exemplo da Biblioteca de Alexandrina. Portanto, “até o século XV aproximadamente, esse patrimônio intelectual reunia com ele os seus guardiões, organizadores e compiladores” (CAMARGO, 1999, p.52).

[®] Mestranda em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional.

As bibliotecas no período medieval destinavam-se apenas aos eruditos dos conventos e das associações religiosas e tinham como temas questões ligadas à religião. Os responsáveis pela organização desses acervos cumpriam rigorosas exigências no tocante à “liberdade de leitura”. Existiam listas de “livros proibidos” que deviam ser guardados para que os leitores não tivessem acesso às idéias ditas “contrárias” à formação religiosa.

O surgimento das universidades, na Idade Média, fez que houvesse uma maior demanda de leitores nas bibliotecas que passaram a desempenhar um papel privilegiado na formação das mentalidades. Elas eram “centros de estudos, locais de sociabilidade culta e de troca de informações e idéias, além de serem lugares de leitura” (BURKE, 2003, p.56).

O crescimento do impresso gerou transformações culturais na história da sociedade ocidental: multiplicou o número de livros tornando-os mais baratos e de fácil circulação, permitiu ao leitor o acesso a uma variedade de textos e provocou mudanças associadas à leitura. As bibliotecas de modo a acompanhar essas transformações, começam por se especializarem e a criar diversas espécies de bibliotecas (centros de documentação, centros de memória e outros) que conquistaram progressiva eficiência, atendendo mais direta e rapidamente a seus usuários. Encontramos dois tipos: as bibliotecas-depósito com acervos de livros raros, manuscritos acessíveis a uma elite de sábios e eruditos e as bibliotecas públicas destinadas a atender a comunidade em geral, disponibilizando o acesso ao seu acervo (MARTINS, 2001, p.342).

Ao estudar a história das bibliotecas podemos observar o interesse dado ao mobiliário, à iluminação ambiental, a arrumação dos livros nas estantes, o acesso aos catálogos como instrumentos que vão influenciar o comportamento do leitor. No período medieval, os locais de leitura tinham seus livros presos por correntes e o leitor mantinha-se em pé; nos dias atuais, as bibliotecas permitem o livre acesso aos documentos e dispõem de mesas onde podem ser feitas as anotações necessárias ao estudo.

A imagem projetada da Biblioteca Nacional como lugar de leitura pode ser aferida através de depoimentos e notícias que circulavam no século XIX. Alguns escritores, entre eles Artur Azevedo, reclamavam porque a Biblioteca não possuía um local apropriado para leitura e pesquisa. O famoso cronista João do Rio, que costumava em suas colunas nos jornais apontar temas cotidianos, colocava que o Brasil era uma cidade de leitores, baseado no intenso movimento e grande mercado ambulante de livros (Gazeta de Notícias, 26/11/1893, O Brasil lê). O Rio de Janeiro estava inscrito no perfil típico de “cidade das letras” (RAMA, 1985, p. 42-3).

A respeito dos freqüentadores da Biblioteca, encontramos ainda nas crônicas de João do Rio comentários acerca dos hábitos de alguns leitores:

Há diversas especies de frequentadores. Das dez da manhã até as tres da tarde, aparece a primeira leva. As mesas ficam cheias de uma sociedade mais ou menos ruidosa, que se levanta a cada passo para beber água, lavar as mãos e fumar em certos retiros facilitadores de necessidades urgentes... A frequencia da primeira enchente é em geral de estudantes, meninos, ainda nos preparatórios que posam o curso nas faculdades (...) há o frequentador erudito que entra, circula pelos assistentes um olhar superior... há o poeta que vai lêr o proprio livro de versos... há os transitivos, senhores de passagem, que passam e entram para matar o tempo... há os namoradores, aproveitando a mesa, a tinta e a caneta da casa para escrever às futuras esposas...há os íntimos, que entram por toda a parte cumprimentados pelos contínuos com perguntas sobre a saúde. O mais notável é o Dr. Capistrano de Abreu (JOÃO, 1909, p.254 - 255).

A Real Biblioteca, matriz da atual Biblioteca Nacional, chegou ao Rio de Janeiro em 1811. Esta se constituiu, a princípio, da livraria que D. José I, rei de Portugal, mandara organizar, a fim de substituir a Real Biblioteca da Ajuda, fundada por D. Duarte e destruída com o terremoto de Lisboa de 1 de novembro de 1755, no incêndio do Poço da Ribeira. Com sua vinda, “a imagem do rei e o saber erudito dos governantes estavam fortalecidos” (EL FAR, 2006, p. 17).

Em 1814, por ordem do Príncipe Regente, a Real Biblioteca instalada no Hospital do Carmo, abre suas portas, ficando acessível ao público, perdendo seu caráter de particular. “E aqui termina o período medieval das bibliotecas brasileiras” (MORAES, 1943, p.34).

A história das bibliotecas nacionais remonta ao ano de 1795 através da Convenção Nacional Francesa que declarou de propriedade nacional a então Biblioteca Real e garantiu-lhe o depósito de exemplares impressos na França. Ficou estabelecida a prerrogativa do “depósito legal – característica comum às atuais bibliotecas nacionais” (MONTE-MÓR, 1987, p.163).

Em 1970, A Unesco, em suas “recomendações relativas à normalização internacional de estatísticas de bibliotecas” define biblioteca nacional como “bibliotecas que, independente de seus títulos, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações significativas editadas no país e funcionam como biblioteca depositária do conhecimento humano”. Têm como funções: produzir bibliografia nacional; atuar como centro de informação bibliográfica; compilar catálogos coletivos; favorecer a adoção, em seu país, de regras comuns de catalogação; colocar à disposição de outras bibliotecas sua experiência quanto aos meios e técnicas de conservação e restauração de livros (Ib, p.164).

Em 1990, A Biblioteca Nacional do Brasil foi transformada em fundação de direito público, com vínculo ao Ministério da Cultura, absorvendo parte das funções do

Instituto Nacional do Livro, extinto naquele ano pelo governo Collor. A partir de então, passa a coordenar as ações ligadas à leitura e ao livro e expande sua atuação além de sua importância como instituição de preservação. Possui em sua estrutura organizacional duas bibliotecas públicas: a Biblioteca Demonstrativa de Brasília (Distrito Federal) e a Biblioteca Euclides da Cunha (Rio de Janeiro), ambas voltadas ao atendimento, principalmente, de alunos do 1º e 2º graus.

A Fundação Biblioteca Nacional desenvolve ações vinculadas a programas definidos no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal, onde podemos destacar: Brasil Patrimônio Cultural, que tem como objetivo a preservação e revitalização do patrimônio cultural e Livro Aberto, que visa estimular o hábito da leitura, mediante a ampliação da acessibilidade a bibliotecas públicas e a promoção da produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário (BIBLIOTECA NACIONAL, 2007, p. 6).

As ações voltadas para leitura e livro passam a ser executadas através do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, sediado na Casa da Leitura, em Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro. Institucionalizado pelo decreto n.519 de 14 de maio de 1992, tem como proposta desenvolver uma política de leitura que visa à formação de leitores conscientes e valorizadores do exercício da cidadania para interação crítica com o seu contexto (Ib, p 1); promove atividades de incentivo à leitura através de assessorias, consultorias, oficinas, debates, seminários, palestras – todos priorizando a formação de profissionais promotores de leitura (professores, bibliotecários, mediadores de leitura). Dispõe de um Centro de Referência que viabiliza informações, experiências, práticas e pesquisas realizadas na área, recolhidas em todo território nacional e no exterior com vista à criação de uma rede de referência e documentação em leitura.

Com relação à preservação e difusão do patrimônio documental do país, a FBN desenvolve dois planos: PLANO - Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos e PLANOR – Plano de Preservação de Obras Raras, com o objetivo de informar sobre as técnicas mais modernas com relação a restauração e conservação, além de conscientizar sobre os perigos da perda da memória regional sob a guarda de cada biblioteca.

Além de um espaço de formação de leitura, a Biblioteca Nacional é um lugar de memória nacional, espaço de preservação do patrimônio intelectual, literário e artístico. É o lugar onde se dá o armazenamento da escrita produzida em tempos e localidades diversas e desempenha, apesar de todo o avanço tecnológico, o papel de guardião do conhecimento, não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido por homens e mulheres do passado, mas, de através dele possibilitar o acesso a um passado histórico.

A expressão “lugares de memória” cunhada pelo historiador francês Pierre Nora, para o qual uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se na dicotomia entre o respeito ao passado e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade. Para Nora é necessário conservar arquivos, assim como comemorar aniversários, preservar monumentos, santuários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres e demais lugares onde se apóia e se exprime a memória coletiva. “Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica.”

A Biblioteca Nacional tem como uma de suas finalidades institucionais a busca pela preservação do patrimônio bibliográfico do país. Para tanto, apresenta a idéia de patrimônio como preservador de uma memória coletiva que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação. Segundo Fonseca (2005, p.69) “a noção de patrimônio se inseriu no projeto nacional brasileiro como construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos”.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 216 entende como patrimônio cultural brasileiro: “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

No Brasil, a questão da proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico, começa a ser considerada importante a partir da década de 1920, dando ênfase a uma participação maior do Estado. As instituições culturais nacionais estavam em funcionamento nessa época, mas não tinham meios para proteger os bens que integravam suas coleções. Através de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e deteriorização dos “tesouros da nação”, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa. É no período do governo Vargas, na década de 1930, na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, que grandes reformas serão feitas na área educacional e cultural.

A primeira iniciativa do governo federal com relação à proteção do patrimônio foi a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, pelo decreto n. 22.988, de 12 de julho de 1933. Nesse mesmo período, foi feito um pedido (Processo do Conjunto da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro nº 860-T-72) pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e pelo Clube de Engenharia solicitando o tombamento de nove edifícios: Palácio Monroe, Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Escola de Belas Artes, Dérbi Clube, Jóquei Clube, Clube Naval, Teatro Municipal e Assembléia Legislativa. Tinha como justificativa o fato

desse conjunto simbolizar a reforma urbanística proposta pelo prefeito Pereira Passos para a cidade.

Com a criação da Fundação Pró-Memória, em fins dos anos 1970, a noção de patrimônio expandiu-se e veio a incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, artesanatos, festas, arte popular. Seria um retorno aos ideais de Mario de Andrade que em seu projeto definia como patrimônio artístico nacional “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”.

Como instituição que garante a preservação dos documentos, a BN é a única beneficiária da Lei 1.825 de 20 de dezembro de 1907, que dispõe sobre a remessa de obras à instituição. É por meio desse amparo legal que a Biblioteca Nacional exerce seu papel de guardiã da memória gráfica nacional, sendo essa lei a ferramenta da instituição em sua luta para preservar e divulgar o patrimônio bibliográfico e hemerográfico do país (Lei do Depósito Legal).

As atividades que desenvolve através do processamento técnico são dados específicos de uma política de preservação. “A política de preservação voltada para o acervo das instituições constitui mais uma forma de respaldar sua função social, permitindo que gerações futuras possam vir a conhecer suas referências passadas” (BARROS apud CHAGAS, 2003, p.165).

Ainda que as bibliotecas tenham sido construídas com a finalidade de armazenamento da memória intelectual de um país, devemos lembrar que sua permanência no decorrer dos séculos não esteve apenas alicerçada pelo desejo de poder e de prestígio de um rei, mas também por uma “comunidade de leitores” que ocupavam suas salas de leitura para “saborear” o gosto pelos livros e a descoberta por novas interpretações que um texto pode reproduzir “Ler numa biblioteca é instaurar uma dialética criadora entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma memória universal, mas que ultrapassa o olhar de todo indivíduo, e os itinerários pacientes, parciais e atípicos, desenvolvidos por cada leitor” (BARATIN, 2000, p.10).

Cabe nessa relação apontar o papel a ser desenvolvido pelo bibliotecário. Sua atuação profissional envolve as tarefas de tratar, organizar, conservar e divulgar as informações, criando catálogos, elaborando bibliografias, estabelecendo regras. Porém, nesse “agir” é necessário propiciar ao leitor uma leitura consciente acerca do espaço social.

Finalizando, convém lembrar que mais importante do que o edifício da Biblioteca Nacional é o seu belíssimo acervo, que hoje não está em condições de guarda e armazenamento adequados.

III - Referencias Bibliográficas:

- BARATIN, Marc; JACOB, Chirstian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 351p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). [Catálogos on-line]. Relatório de gestão 2006 Disponível em: <http://www.bn.br>. Acesso 27 de abril de 2007.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.
- CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas**. São Paulo: Unesp/Fapesp, p. 49-63, 1999.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional: 1807 a 1990**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. 222p.
- CASTELLO, José Aderaldo. **Manifestações literárias da era colonial (1500-1808/1836)**. São Paulo: Cultrix, 1972. 255p.
- CHAGAS, Mario. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.141-171.
- CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP. 2002. p.19-31.
- EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 71p.
- FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p.21-39.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.296p.
- Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro; DP&A, 2003. p.56-76.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 264-275, 1988.
- O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.21-29.
- JOÃO, do Rio. **Cinematographe (chronicas cariocas)**. Porto: Liv. Chardron, 1909.392p.
- MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.22, p.163-170, 1987.

- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.
- RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 156p.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na biblioteca pública da corte imperial. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP. 2002. p.273-312.